

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	IPolítica
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	238 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	N/PB
	Tiragem:	21862	Página (s):	37

18-01-2007

Amado confirma passagem de sete “voos militares”

MINISTRO ADMITE que passaram por Portugal voos “de e para” Guantánamo, mas não da CIA.

{ **Márcia Galvão**
mgalrao@economicasgpps.com

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, confirmou ontem a passagem pelos Açores de sete voos “de e para” a base militar de Guantánamo, mas salvaguardou que se tratavam de voos militares e não de voos ilegais da CIA, como tinha sido avançado pela eurodeputada Ana Gomes.

“Confirmando a informação que foi enviada à Comissão Europeia e que dava conta dos voos militares para Guantánamo e de lá para cá ao abrigo da operação ‘Enduring Freedom’ das Nações Unidas, e não voos da CIA”, afirmou Luís Amado, em declarações aos jornalistas à saída do plenário da Assembleia da República.

“Confirmando voos militares para Guantánamo e de lá para cá ao abrigo da operação ‘Enduring Freedom’ da ONU”.

Na segunda-feira, durante a reunião da Comissão do Parlamento Europeu que investiga a alegada utilização de países europeus para detenção e transporte ilegais de prisioneiros pela CIA na Europa, a eurodeputada socialista Ana Gomes referiu que o Governo português tinha confirmado a existência de voos da CIA.

Uma conclusão desmentida por Luís Amado, que sublinhou que os voos constam dos registos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, mas “são autorizados na base de uma autorização genérica para uma operação militar ao serviço das Nações Unidas”. “Não cabe ao Estado

“Demitir-me-ia se descobrisse que tinha autorizado voos” da CIA, garantiu Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros.

português pôr em causa a boa-fé da gestão desses voos”, explicou Amado.

Ana Gomes afirmava na segunda-feira que tinha recebido uma carta do MNE português onde este admitia “on-the-record” - que é normal aprovar voos para Guantánamo, porque Guantánamo, além de uma prisão, é uma base militar. É essa a razão que ele dá, mas acho que deve ser o único a assumilo”.

Luís Amado aproveitou ainda para esclarecer as primeiras informações dadas pelo Ministério da Defesa relativas a este assunto: “As notificações das Nações Unidas chegavam 24 horas antes e fica-

vam na base das Lajes, não transitando para o Estado-Maior da Força Aérea”, daí as informações não estarem completas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros reiterou ainda a “total boa-fé” com que o Governo português está a encarar esta questão, insistindo que nada tem a esconder.

“Eu não autorizei, nem tive conhecimento e sei que o meu antecessor Freitas do Amaral também não, bem como o Governo anterior, relativa a voos com características daqueles que têm sido referenciados”. E deixou ainda o compromisso: “Demitir-me-ia se descobrisse que tinha autorizado um desses voos”.

